

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**VITÓRIA BENACI IRUSTA**

**UM LIBERAL BRASILEIRO NA SUÍÇA: GUDIN NA SOCIEDADE MONT PÈLERIN**

**CURITIBA**

**2016**

**VITÓRIA BENACI IRUSTA**

**UM LIBERAL BRASILEIRO NA SUÍÇA: GUDIN NA SOCIEDADE MONT PÈLERIN**

Artigo apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel e conclusão do Curso de Ciências Econômicas, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio Ribas Cavalieri

**CURITIBA**

**2016**

## **Um liberal brasileiro na Suíça: Gudin na Sociedade Mont Pèlerin**

**Vitória Benaci Irusta**

### **RESUMO**

O artigo em questão objetiva uma breve análise dos paralelos e influências entre o pensamento econômico de Eugênio Gudin, influente economista brasileiro do século XX, e as correntes e posicionamentos da Sociedade Mont Pèlerin e seus membros. Essa sociedade foi uma organização liberal fundada em 1947 com o intuito de rebater o intervencionismo, em geral, e o keynesianismo, em específico, que os membros acreditavam ser as ideias econômicas predominantes entre os governos dos países desenvolvidos em meados do século XX. A análise foi conduzida com base no estudo de arquivos e documentos pessoais de Gudin, além de uma breve resenha e exploração dos eventos ocorridos na reunião daquela sociedade realizada na Universidade de Princeton, em 1958. O famoso economista liberal brasileiro esteve presente nessa reunião, apresentando ideias sobre inflação. O objetivo do artigo é narrar a interação entre os celebrados economistas da sociedade e o brasileiro, mostrando principalmente a convergência de ideias.

**Palavras-chave:** Eugênio Gudin. Sociedade Mont Pèlerin. História do Pensamento Econômico.

### **1 INTRODUÇÃO**

O presente artigo visa explorar brevemente os paralelos e influências entre o pensamento econômico de Eugênio Gudin, liberal conservador e fundador do ensino sistemático de Ciências Econômicas a nível de graduação no Brasil, e as correntes e posicionamentos dos principais teóricos neoliberais atuantes no meio internacional em meados do século XX.

Na condição de disciplina fluída e social, a economia se encontra em constante construção. Nessa perspectiva, o estudo da forma pela qual se dá o intercâmbio de ideias em seu meio acadêmico mostra-se de alta relevância, uma vez

que permite traçar a evolução e disseminação das teorias e ideologias econômicas existentes em um determinado tempo.

Na seção a seguir, será explorado em termos conjunturais e estruturais o cenário socioeconômico da primeira metade do século XX, de tal forma a entender o contexto do surgimento da Sociedade Mont Pèlerin no ano de 1947, núcleo altamente influente de acadêmicos neoliberais. A análise percorre as mudanças de paradigma ocorridas no meio econômico em decorrência da Segunda Guerra Mundial e do surgimento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e contabiliza seus impactos em tal meio.

Já a terceira seção apresenta o trabalho do economista brasileiro Eugênio Gudin, colocado como advogado intelectual do neoliberalismo no Brasil. A escolha da figura de Gudin como alvo do estudo se deve à forte e significativa influência que ele exerceu em âmbito nacional na área de economia, tanto no meio acadêmico quanto na área prática e política. Dessa forma, ele não só foi um dos membros da Sociedade Mont Pèlerin como também figura influente na economia brasileira, tendo exercido inclusive o cargo de Ministro da Fazenda durante o governo de Café Filho.

A quarta seção é a mais importante do estudo, sendo que é nela que se estabelece pontualmente as convergências entre as ideias de Gudin e dos membros da Sociedade Mont Pèlerin. Buscou-se nos próprios arquivos pessoais do economista correspondências e documentos das reuniões que relatavam as conexões e trocas de ideias entre as grandes figuras do âmbito das Ciências Econômicas do século XX. Explora-se mais a fundo a reunião de 1958 ocorrida em Princeton, a qual contou com a presença e participação direta do brasileiro.

Por fim, a partir de todas as informações, as considerações finais fazem um apanhado geral do abordado, trazendo notas conclusivas a respeito da natureza e extensão da influência exercida entre Eugênio Gudin e seus contemporâneos neoliberais na época auge de sua carreira. Além disso, delimitam-se possíveis pontos relevantes a partir dos quais poderiam se desenvolver estudos futuros que busquem uma maior compreensão da difusão do pensamento na história econômica.

## 2 A SOCIEDADE MONT PÈLERIN

A Sociedade Mont Pèlerin (doravante MPS, do inglês *Mont Pèlerin Society*) nasceu com a reunião de um grupo de 36 acadêmicos liberais na Suíça, em abril de 1947. A organização ainda existe atualmente; contudo, a compreensão tanto do surgimento e propagação dessa sociedade quanto dos seus ideais e objetivos depende integralmente de uma análise do contexto socioeconômico mundial na qual ela surgiu.

No ano de 1947, muitos dos grandes eventos do século XX já haviam alterado e reestruturado o mundo significativamente em relação ao século anterior. A Primeira e a Segunda Guerra Mundial, aliadas à Grande Depressão de 1929 e à Revolução Russa de 1917 trouxeram consigo profundas reformas, particularmente no imaginário popular e na estrutura social e econômica vigente.

A derrubada da autocracia na Rússia e a eventual instalação do regime soviético, que levaram à concepção da União Soviética como primeiro país socialista do mundo, foi o fato inicial e gerador de um posterior “fantasma comunista” que tomaria conta do cenário mundial, atingindo seu ápice na Guerra Fria. Além disso, a Crise de 1929 e o estrago resultante da Segunda Guerra Mundial tornaram necessária uma reformulação do paradigma econômico liberal vigente na época, dando espaço assim à evolução do Estado intervencionista de bem-estar previsto pela economia keynesiana.

É possível interpretar as décadas iniciais do século XX como predominantemente liberais, especialmente nos países que eram os centros do capitalismo mundial, Estados Unidos e Grã-Bretanha. Contudo, no início da década de 30 essa situação se reverteu em decorrência da Crise de 1929. A quebra da Bolsa de Nova York em outubro de 29 foi o fator culminante que desencadeou todo o intenso processo de recessão que viria a acontecer nos Estados Unidos e, conseqüentemente, no mundo inteiro. No entanto, apesar da quebra da bolsa ter representado o gatilho da crise, essa já vinha sendo moldada por fatores significativamente mais estruturais. Entre esses, os principais eram a superprodução agrícola nos EUA, o baixo consumo em função de um nível reduzido de poder aquisitivo e a praticamente completa ausência de regulação do mercado financeiro.

Na década de 1930, portanto, tínhamos o fantasma da Grande Depressão, que trouxe consigo profundo desemprego, falência e um clima generalizado de insegurança e desconfiança nos mecanismos do livre mercado. É nesse contexto que surgem as iniciativas de mudança estrutural econômica, que visavam, portanto, reverter os princípios de caráter mais liberal e recuperar o cenário econômico mundial, retornando-o a um nível de estabilidade e prosperidade aceitáveis.

A primeira delas foi o plano New Deal, elaborado por Franklin Roosevelt, presidente americano eleito em 1933. Na verdade, o New Deal foi uma série de programas que estipulava reformas nos campos econômico e social, que se dariam através de uma maciça intervenção estatal. Entre as medidas estavam fortes investimentos estatais em obras públicas, reforma do sistema bancário de tal forma a garantir uma participação do governo no controle do mercado financeiro e medidas sociais de direitos trabalhistas. Os resultados e efeitos do plano foram impressionantes. Houve queda do desemprego, aumento da qualidade de vida dos trabalhadores, retomada dos altos níveis de produção e um restabelecimento do mercado acionário.

Tendo em vista o sucesso econômico decorrente, as medidas que acabaram sendo consideradas de fundamentação keynesiana implantadas através do New Deal viraram novos parâmetros de ação econômica.<sup>1</sup> A ideia principal por trás dessa nova abordagem de política fiscal foi a de que a economia deve ser estabilizada através de medidas anticíclicas que utilizam os recursos públicos. Dessa forma, gastos são utilizados como estímulo da demanda agregada, o que deveria fazer movimentar todo o sistema produtivo.

Na visão de Keynes – e dos outros economistas que apoiavam esse tipo de medida -, a economia seria incapaz de se manter em equilíbrio de pleno emprego por longos períodos, ou melhor, essa situação seria uma exceção. Evidentemente toda a sua teoria contrastava fortemente com a teoria liberal, em especial aquela que fora avançada pelo economista francês Jean Baptiste Say (que ficaria conhecida, até mesmo por causa de Keynes, como a Lei de Say). A economia direcionada pelo lado da oferta era agora abandonada por uma economia que focava integralmente nas

---

<sup>1</sup> De fato, o New Deal foi resultado das ideias econômicas de economistas institucionalistas, em especial de Rexford Tugwell, um dos homens fortes da seara econômica do governo de Roosevelt.

deficiências estruturais da estabilidade do ciclo econômico advindas dos desequilíbrios do lado da demanda.

O novo paradigma econômico do século XX, portanto, era de um Estado de bem-estar social, caracterizado por combate ao desemprego, aumento de salários e dispêndios no geral, intervencionismo, investimentos públicos, dentre outros fatores pertinentes a políticas expansionistas. Eric Hobsbawm (1995, p. 268) reflete bem esse cenário ao tratar do contexto da época na sua obra “A Era dos Extremos”:

Em suma, por diversos motivos, os políticos, autoridades e mesmo muitos dos homens de negócios do Ocidente do pós-guerra se achavam convencidos de que um retorno ao *laissez-faire* e ao livre mercado original estava fora de questão. Alguns objetivos políticos – pleno emprego, contenção do comunismo, modernização de economias atrasadas, ou em declínio, ou em ruínas – tinham absoluta prioridade e justificavam a presença mais forte do governo. Mesmo regimes dedicados ao liberalismo econômico e político podiam agora, e precisavam, dirigir suas economias de uma maneira que antes seria rejeitada como “socialista”. Afinal, fora assim que a Grã-Bretanha e mesmo os EUA haviam orientado suas economias de guerra. O futuro estava na “economia mista”. Embora houvesse momentos em que as velhas ortodoxias de retidão fiscal, moedas e preços estáveis ainda contassem, não eram mais absolutamente obrigatórias.

A Segunda Guerra Mundial estimulou ainda mais tal conjuntura ao aquecer a economia americana, favorecendo a retomada da sua prosperidade. No desfecho dessa guerra, os Estados Unidos encontraram-se em posição extremamente favorável, uma vez que não havia sofrido danos em seu território, porém havia colhido as vantagens de um crescimento econômico característico de período de guerra e, inclusive, pós-guerra. Desde meados da década de 1920 e início dos anos 1930, o planejamento a partir do Estado adquire status de questão premente entre os economistas (Balisciano, 1998).

No caso americano, observou-se que do lado da demanda, houve grande estímulo da economia interna em decorrência dos gastos envolvidos na produção armamentista. Já do lado da oferta, uma economia de guerra tende a acelerar o progresso tecnológico da nação. Mais do que isso, houve um massivo crescimento pós-1945, visto que, além de todo o abastecimento do mercado interno, os EUA se envolveram na recuperação econômica e estrutural dos países devastados pela guerra.

Todavia, apesar da guerra ter propiciado uma restauração econômica americana, também serviu de base para a subsequente Guerra Fria, que viria a

polarizar o mundo entre os EUA e a União Soviética e suas áreas de influência em termos políticos, econômicos, militares, sociais e ideológicos. A URSS e sua expansão traziam consigo uma ideologia revolucionária comunista que, de acordo com a propaganda ocidental, buscava extinguir as instituições capitalistas e as liberdades civis, ameaçando todos os valores americanos e, com isso, sua hegemonia.

É nesse clima institucional e econômico que surge a MPS, considerada amplamente como “o locus central do desenvolvimento da doutrina neoliberal no mundo do pós-guerra” (HORN; MIROWSKI, 2009, p. 158). Os grandes pensadores liberais da época, de certa forma marginalizados como consequência da Era de Ouro e preocupados com a ideologia socialista que permeava gradualmente os grandes governos e suas medidas econômicas, sentiram necessidade de organizar uma contrarrevolução intelectual em oposição a essa realidade vigente. Portanto, muito do que unia os integrantes dessa Sociedade era uma afiliação à ideologia liberal, unida a um sentimento de crise em relação à civilização ocidental, que parecia estar sob o perigo alarmante de ser tomada pela “doutrina de esquerda”.

Dieter Plehwe (2009a, p. 16) sintetiza essa motivação ao trazer, em seu livro “The Road from Mont Pèlerin”, a indagação: “*What was the rationale for founding the Mont Pèlerin Society?*”. Para o autor, havia dois motivos principais para tal ação:

First, the (neo)liberals felt isolated and nearly alone. [...] Second, Hayek and others believed that classical liberalism had failed because of crippling conceptual flaws and that the only way to diagnose and rectify them was to withdraw into an intensive discussion group of similarly minded intellectuals.

A sociedade, fundada pelo economista Friedrich A. von Hayek em abril de 1947, contou com 36 membros fundadores iniciais, que vinham dos mais variados países. Entre seus membros mais notórios estavam Jacques Rueff, Walter Lippman, Milton Friedman, Ludwig Erhard e, claro, Hayek. A ideia da MPS era a de reunir um grupo de discussões que rejeitava as ideias intervencionistas, o planejamento econômico e as nacionalizações (estatizações), buscando em vez disso regenerar a liberdade política e a economia de livre mercado, que, segundo eles, proporcionaria as melhores condições para a estabilidade e o progresso.

Em seu artigo “The Story of the Mont Pèlerin Society”, apresentado em 1958 na 9ª reunião da MPS, Albert Hunold – co-fundador ao lado de Hayek – explicita como se deu a origem da sociedade e qual seu foco e propósito inicial. O autor traz que



nessa primeira reunião, após profunda reflexão e debates, o grupo elaborou de forma unânime um *Statement of Aims* (declaração de objetivos) que contemplaria suas perspectivas, intenções e objetivos em relação à MPS. O começo da declaração sintetiza o espírito da iniciativa:

A group of economists, historians, philosophers and other students of public affairs from Europe and the United States met at Mont Pelerin, Switzerland, from April 1st to 10th 1947 to discuss the crisis of our times. This group, being desirous of perpetuating its existence for promoting further intercourse and for inviting the collaboration of other like-minded persons, has agreed upon the following statement of aims. The central values of civilization are in danger. Over large stretches of the earth's surface the essential conditions of human dignity and freedom have already disappeared. In others they are under constant menace from the development of current tendencies of policy. The position of the individual and the voluntary group are progressively undermined by extensions of arbitrary power. Even that most precious possession of Western Man, freedom of thought and expression, is threatened by the spread of creeds which, claiming the privilege of tolerance when in the position of a minority, seek only to establish a position of power in which they can suppress and obliterate all views but their own. The group holds that these developments have been fostered by the growth of a view of history which denies all absolute moral standards and by the growth of theories which question the desirability of the rule of law. It holds further that they have been fostered by a decline of belief in private property and the competitive market; for without the diffused power and initiative associated with these institutions it is difficult to imagine a society in which freedom may be effectively preserved (The Story of the Mont Pèlerin Society, 8 de setembro de 1958, Arquivos Pessoais de Eugênio Gudín, EUG pi THE MONT PELERIN SOCIETY 1958.09.13\_1ª parte, p. 3).

Observa-se nesse parágrafo introdutório uma ampla preocupação com a ideologia liberal e seu futuro, referenciando-se indiretamente tanto o perigo do socialismo quanto o das teorias emergentes que se opunham ao mercado competitivo. Em seguida, aborda-se a necessidade de estudos futuros que produzam argumentos intelectuais em relação a assuntos como: análise e explicação da natureza da crise presente; uma redefinição das funções do Estado; métodos de reestabelecimento e manutenção de uma “rule of law” que assegure as liberdades individuais; métodos de combate à má utilização da história; a criação de uma ordem internacional que sirva de salvaguarda da paz, liberdade e de relações internacionais harmônicas; entre outros temas relevantes à preservação e aperfeiçoamento de uma sociedade livre (The Story of the Mont Pèlerin Society, 8 de setembro de 1958, Arquivos Pessoais de Eugênio Gudín, EUG pi THE MONT PELERIN SOCIETY 1958.09.13\_1ª parte, p. 4-5)

Compreende-se com isso a forte faceta acadêmica da Sociedade, que se direcionava portanto à criação de *think tanks* e à pesquisa e elaboração de estudos

acadêmicos nas áreas de filosofia, economia, história, sociologia e política aplicada com a finalidade de sustentar e disseminar o pensamento neoliberal.

The international academy Hayek sought was actually designed to create a space where like-minded people who shared philosophical ideas and political ideals could mingle and engage in a process of further education and collective learning dedicated to advancing a common neoliberal cause (PLEHWE, 2009a, p. 5).

Dieter Plehwe (2009a, p. 4) agrupa qualquer pessoa ou grupo conectado à MPS desde 1947 como partidário do neoliberalismo, que o autor aborda primordialmente como “um pensamento coletivo histórico de proporções globais crescentes”. A agenda dos neoliberais da MPS buscava não só se opor ao coletivismo e ao socialismo como também divergir do liberalismo clássico (por isso chamado de neoliberalismo). O mesmo autor resume em três as doutrinas-chave da MPS: privatização, desregulamentação e liberalização do comércio (Plehwe, 2009a, p. 8). Dessa forma, a preocupação principal do neoliberalismo da MPS era analisar como assegurar o livre mercado e redefinir as funções do Estado de tal forma a atingir esse objetivo.

Um marco do neoliberalismo do começo do século XX foi a publicação em 1937 de “(An Inquiry into the Principles of) The Good Society”, de Walter Lippmann, cuja mensagem era a supracitada superioridade da economia de mercado. A publicação do livro representa uma semente da MPS, uma vez que é a obra que inspira no ano seguinte a conferência *Colloque Walter Lippmann*, na qual se encontravam presentes quinze convidados que viriam a participar quase uma década depois na fundação da Sociedade Mont Pèlerin. Nessa conferência também foi definido o conceito de neoliberalismo: a prioridade do mecanismo de preço; a livre iniciativa; o sistema competitivo; e um Estado forte e imparcial (PLEHWE, 2009a, p. 14).

É assim que, quase na metade do século XX, nasce uma sociedade neoliberal de intelectuais de áreas tanto acadêmicas quanto profissionais. Em tal cenário juntaram-se professores universitários, jornalistas, executivos, empresários de grandes negócios, editoras e, posteriormente, figuras políticas. Dessa forma, as grandes instituições da sociedade moderna – academia, mídia, política e negócios – se juntavam e se combinavam em busca da conquista de espaço intelectual e

eventualmente da hegemonia sobre a agenda dos governos e dos planejadores econômicos.

### **3 EUGÊNIO GUDIN NA ECONOMIA BRASILEIRA**

No Brasil, a crise de 1929 também teve repercussões severas. Assim, até os anos 1930, a tradição econômica havia sido predominantemente liberal, mas com as repercussões da crise e a Revolução de 1930, a orientação do Estado brasileiro vai se tornar mais intervencionista.

Em sua obra “Pensamento Econômico Brasileiro”, Ricardo Bielschowsky (2000, p. 37) argumenta que o neoliberalismo econômico brasileiro é resultante do processo de transformação pelo qual a ideologia liberal teve de passar nessa época de tal forma que continuasse sobrevivendo nesse novo cenário econômico. Assim, ainda se defendia mormente o livre mercado; no entanto, a resistência ferrenha à intervenção estatal teve de ser abandonada em prol de uma abordagem mais leniente e apropriada ao contexto da época. Os três aspectos fundamentais que caracterizariam a corrente neoliberal brasileira seriam:

a) eram partidários do princípio de redução da intervenção do Estado na economia brasileira; b) manifestavam-se continuamente a favor de políticas de equilíbrio monetário e financeiro, evitando a discussão dos seus efeitos sobre o nível de renda e emprego; e c) não propunham medidas de suporte ao projeto de industrialização e eram frequentemente contrários a essas medidas (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 37-38).

Eugênio Gudin pode ser considerado o primeiro líder dessa corrente no Brasil. Nascido no Rio de Janeiro em julho de 1886, e vindo a falecer somente um século depois, em outubro de 1986, Gudin esteve presente ao longo de todos os altos e baixos da economia abordados na seção anterior. Não iniciou sua trajetória profissional como economista - de fato, era engenheiro de formação - justificando a abordagem pragmática que viria a trazer para sua perspectiva econômica.

Contudo, foi na área de economia que Gudin atingiu relevância nacional e internacional. Além de ter atuado como Ministro da Fazenda entre os anos de 1954 e 1955, Gudin foi responsável por institucionalizar, na década de 40, o ensino sistemático de economia no Brasil. Como afirma Bielschowsky (2001, p. 92): “[Gudin] foi responsável pelo primeiro trabalho sério de ensino e legitimação da teoria

econômica no Brasil, podendo ser considerado patrono dos economistas brasileiros”. Posteriormente, em nota de rodapé, acrescenta:

Em 1941, Gudin submeteu ao ministro da educação, Gustavo Capanema, sua proposta de renovação do Programa dos Cursos de Ciências Econômicas nas universidades brasileiras, elaborado em colaboração com os professores Maurice Byé e Octávio G. De Bulhões. Louvado por grandes mestres de Harvard, em 1944, o projeto foi base do ensino de economia em todo o país (Bielschowsky, p. 106).

Além de introduzir o ensino moderno de economia em âmbito nacional, foi também defensor e propagador do pensamento neoliberal no país. Em muitos aspectos, Gudin representava o contraponto intelectual do neoliberalismo no cenário latinoamericano e brasileiro. Mais do que neoliberal, politicamente Gudin expressava fortes opiniões conservadoras, assumindo uma vertente ideológica intensamente liberal e livre-cambista.

Seu pensamento econômico mais sofisticado está compilado no seu “Princípios de Economia Monetária”, manual cuja primeira publicação data de 1943 e através do qual Gudin importava e traduzia as teorias econômicas em circulação no cenário internacional, sintetizando e criticando-as conforme achava apropriado. Trazia abordagens das duas doutrinas principais da época, isto é, da teoria quantitativa dos monetaristas e da teoria keynesiana extraída da Teoria Geral.

Contudo, em sua elaboração das teorias econômicas, Gudin não se restringia a copiar de forma literal os postulados e regras econômicas do exterior. O economista entendia a necessidade e a importância de remoldar as teorias formuladas em outros países à realidade brasileira, ou seja, repensadas na ótica de uma economia subdesenvolvida. Tal esforço consiste em um dos seus grandes méritos; inclusive Bielschowsky (2000, p. 41) afirma que “Difícilmente outro economista liberal de países atrasados terá feito, em plena década de 40, um esforço tão consistente como o de Gudin para readaptar os postulados clássicos às economias subdesenvolvidas”. Foi nesse processo, inclusive, que Gudin se aproximou das ideias de economistas liberais e livre-cambistas que viriam a exercer influência sobre seu trabalho e pensamento econômico – influência que será explicitada na próxima seção.

O principal objetivo de Gudin na área econômica era de sentido prático; pois procurava de fato aplicar os conhecimentos e conceitos econômicos em políticas que endereçassem questões de grande peso real, como o comércio internacional, a

industrialização e a inflação crônica – que representava para Gudin o principal problema da economia nacional e o principal obstáculo que afastava-a da condição de equilíbrio externo e interno.

Portanto, em sua opinião, o foco dos estudos econômicos deveria ser direcionado “aos meios de promover a formação de capital e a melhoria de sua produtividade agrícola e industrial” (Bielschowsky, 2000, p. 47). Ressalta-se evidentemente que tais meios diziam respeito necessariamente aos *meios convencionais*, ou seja, “atração do capital estrangeiro, formação de mercado de capitais, educação e, sobretudo, obediência aos princípios da economia de mercado” (Bielschowsky, 2000, p. 47), descartando invariavelmente soluções como planejamento e intervenção governamental expansionista.

A sua visão do que constituiria desenvolvimento econômico destoava largamente da visão dos seus conterrâneos desenvolvimentistas – fato ilustrado inclusive no popular debate entre a corrente de Gudin e Bulhões e a de Furtado e Simonsen, explicitado no livro “A Controvérsia Brasileira sobre o Desenvolvimento Econômico” de João Paulo de Almeida Magalhães. Ainda, é de se notar que talvez o primeiro grande debate entre o liberalismo e o desenvolvimentismo no Brasil se deu entre os anos de 1944 e 1945, envolvendo Gudin e Roberto Simonsen. Colocado em documentos de governo, relatórios apresentados ao presidente da República, ficou conhecido, o debate, como “A Controvérsia do Planejamento na Economia Brasileira”.

As divergências entre as correntes e suas ideias principais são bem sintetizadas por Magalhães (1964, p. 25) quando esse disserta a respeito das concepções de política econômica que deveriam ser aplicadas ao Brasil:

A primeira, perfilhada pelo Prof. Gudin, entende que os esforços devem ser orientados no sentido de obter para o Brasil uma renda “*per capita*” crescente, ou seja, um padrão de vida em constante ascensão. A segunda, com Simonsen e Prébisch, vai além e entende que se deve procurar obter, não um simples incremento da renda “*per capita*”, mas um incremento bastante rápido para que se consiga uma gradual eliminação do hiato entre os nossos padrões de vida e os existentes nas grandes nações capitalistas do mundo. A atitude do Prof. Gudin tem como corolário a importância fundamental do equilíbrio monetário: prega o combate à inflação por todos os meios, inclusive mediante drástica redução dos investimentos. Prébisch e seus seguidores preocupam-se antes com a intensificação dos investimentos e sustentam que a inflação, em condições ideais, pode colaborar decisivamente para o progresso econômico do país. Por outro lado, enquanto o Prof. Gudin nega a necessidade de se criar um aparelho teórico específico para a análise das economias atrasadas, como a brasileira, seus adversários consideram tal passo condição indispensável para a perfeita compreensão dos males que nos afligem.

Essa última parte remete à ideia expressa por Gudin (1952, p. 53) em seu artigo “O caso das nações subdesenvolvidas” de que “são os parâmetros que variam; não são as equações”. Nessa perspectiva, o autor defende que a teoria econômica deveria ser única, apenas encontrando tais novos parâmetros e adaptando-se à estrutura específica de cada um. Nas palavras do autor, “O que há a estudar são as características da economia dos países subdesenvolvidos, não só em conjunto, como de cada um separadamente” (ibidem, p. 54). Conhecendo tais características seria possível adaptar adequadamente os parâmetros e, com isso, preservar a eficiência da economia de mercado.

Uma das relevâncias maiores de tal exercício se encontraria no fato de que “Gudin parte da ideia de que a economia brasileira seria integrante do conjunto de *economias reflexas*, termo por ele cunhado para representar as economias cujos desempenhos seriam condicionados pela performance das economias líderes ou centrais” (CRUZ E SILVA, 2016, p. 24). A ideia de tal afirmação é que a economia americana, por exemplo, possui um profundo impacto na economia brasileira, enquanto a recíproca já não é válida. Dessa forma, uma mera imitação das suas teorias não traduziria apropriadamente os problemas das nações subdesenvolvidas.

Assim, no caso brasileiro, o real problema do subdesenvolvimento para Gudin seria a inflação aliada à baixa produtividade; portanto, priorizava o desenvolvimento econômico como “processo de elevação da produtividade” (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 53), que não implicava em industrialização, mas sim em progresso técnico na agricultura, que era a estrutura econômica já existente no Brasil. Conclui-se portanto que, no que dizia respeito a desenvolvimento, para Gudin:

o principal instrumento de desenvolvimento é a livre movimentação das forças de mercado. Salientava que, de forma a garantir sua operação eficiente, era necessário preservar o equilíbrio monetário e cambial e evitar a intervenção governamental no mecanismo de preços (ibidem, p. 53).

A citação acima, ao ressaltar o apreço de Gudin pela busca do equilíbrio e do livre mercado, não só ilustra sua visão do plano ideal de desenvolvimento para o caso brasileiro como também sintetiza muito da essência do pensamento desse economista. Vejamos agora como esse pensamento se insere no contexto das teorias

circulando no meio internacional em sua época, como também o intercâmbio de ideias que se passou entre Gudin e os outros membros da corrente neoliberal.

#### **4 AS CONVERGÊNCIAS ENTRE A MPS E GUDIN**

Como evidenciado na seção anterior, Eugênio Gudin foi um economista de elevada importância em âmbito nacional, o que levou-o a conquistar reconhecimento e espaço acadêmico também em âmbito internacional. Tal posição do economista pode ser vista em seu envolvimento e participação na Sociedade Mont Pèlerin, com a qual filiou-se em 1954.

Sua relação com a MPS foi profunda, não limitando-se apenas a participações e correspondências diretamente com a Sociedade, como também manifestando-se no relacionamento que desenvolveu com seus membros. Apesar da realização de debates e apresentação de artigos constituir a fonte direta e oficial de troca de ideias nas conferências da MPS, houve grande intercâmbio de teorias e opiniões na esfera de suas relações interpessoais com membros influentes do grupo. Observa-se uma quantidade intensa de correspondência entre o brasileiro e seus contemporâneos liberais, além de inúmeras instâncias nas quais utiliza-os como referência para seus posicionamentos.

Em seus arquivos pessoais, encontram-se correspondências que revelam sua proximidade com seus economistas contemporâneos, estando diversas delas ligadas a reuniões e encontros acadêmicos ou troca de opiniões em relação a artigos e publicações na área. Um exemplo é uma carta de março de 1969 de Gudin para Howard Ellis (também membro da MPS), na qual o remetente agradece a devoção de Howard aos seus escritos e visões, as quais Ellis havia publicado em seu “Essay (nº 1) of the Latin American Center, University of Wisconsin”. Além disso, o brasileiro também opina acerca desse paper, dizendo concordar com todas as afirmações feitas nele relativas a Rostov, Nurkse, o Big Push e a ideia do capital humano, porém fazendo também ressalvas em certos conteúdos pontuais do artigo (18 de março de 1969, Arquivos Pessoais de Eugênio Gudin, EUG c 1969.03.18).

Outra instância ilustrativa das conexões nutridas por Gudin está em uma carta que enviou em junho de 1973 a Jacques Rueff. Um dos membros líderes da Mont Pèlerin, Rueff era um acadêmico do livre mercado e conselheiro do governo francês

na época do presidente Charles de Gaulle. Membro da Associação Econômica Internacional e acadêmico engajado, Gudin buscava sempre fazer um esforço de trazer debates ao Brasil. Tal intenção se revela na carta quando lembra Rueff do interesse que esse havia apresentado na academia brasileira, visando estabelecer uma comunicação a respeito da inflação no Brasil e seu controle gradual, paralelamente a uma taxa de desenvolvimento econômico satisfatória (20 de junho de 1973, Arquivos Pessoais de Eugênio Gudin, EUG 1971.11.25).

Todavia, o verdadeiro ápice da participação de Gudin na MPS e suas atividades foi em setembro de 1958 quando participou da conferência em Princeton, New Jersey, EUA. O tema geral dessa semana internacional de reuniões foi economia do desenvolvimento e do subdesenvolvimento, debate que foi adquirindo espaço e relevância no cenário mundial:

Disagreement between neoliberal scholars on development in the 1950s should not be surprising, since development economics constituted an entirely new academic (sub)discipline informing national and international development policies in the aftermath of World War II and thus provided ample opportunities for a wide variety of approaches in the beginning. Traditional neoclassical economics – at the time still centered on equilibrium theory and full competition – seemed of little use in this field (PLEHWE, 2009b, p. 239).

Os neoliberais da MPS consideravam a economia do subdesenvolvimento elaborada pelas vertentes heterodoxas como perigosa, uma vez que a sua tendência ao planejamento econômico constituía uma concessão ao socialismo que poderia ameaçar o sistema do livre mercado. O debate a respeito do desenvolvimento tornou-se de vital importância, tanto porque lidava com assuntos sensíveis como o papel do Estado e do comércio internacional quanto porque a Sociedade Mont Pèlerin englobava, em sua formação, diversos membros de países em desenvolvimento.

Como abordado na contextualização histórica da primeira seção, o “combate ao comunismo” era uma ideologia forte entre os liberais do século XX, ocupando grande parte de sua agenda e preocupações. A questão nascente das teorias do desenvolvimento, portanto, acalorava tal debate: os dilemas do subdesenvolvimento apontados por economistas como Prebisch e Singer culpavam as estruturas da economia liberal clássica e da teoria livre-cambista pelo atraso dos países, crítica refletida por exemplo na teorias de deterioração dos termos de troca e de industrialização por substituição de importações.



Evidentemente as teorias liberais para o subdesenvolvimento e sua superação encontravam-se em um espectro diametralmente oposto às teorias das correntes desenvolvimentistas e cepalinas emergentes. A abordagem neoliberal em relação a essa questão centrava-se na ideia de aumentar a produtividade da atividade rural e a intensidade das exportações de produtos primários, ocupações nas quais os países de terceiro mundo possuíam vocação por natureza. Além disso, enfatizavam inevitavelmente o afastamento do protecionismo, pregando que, respeitadas as condições tradicionais do comércio internacional, esse renderia frutos e avanços para todos os países nele inseridos, especialmente os emergentes:

[...] key elements of the later success of the neoliberal discourse are readily visible: Neoliberals insisted on the “diversity” of developing countries, objected to industrialization as a universal solution, and displayed an appreciation for frequently neglected issues of agriculture and traditional production (PLEHWE, 2009b, p. 252).

Essa visão neoliberal do que deveria constituir a política desenvolvimentista é colocada pelo autor Dieter Plehwe como semelhante à economia tradicional colonialista – motivo pelo qual o “Third Worldism”, movimento posterior de “descolonização” que tomou conta das nações em desenvolvimento, viria a trazer tantos desafios às perspectivas neoliberais. Esse movimento foi caracterizado pela ênfase em um Estado forte e em uniões transnacionais em favor de integração e redistribuição regional (ibidem, p. 253).

É levando em consideração as questões e divergências supracitadas que observou-se a necessidade de uma conferência que focasse na economia do desenvolvimento. O conjunto de reuniões em 1958 em Princeton exerceu portanto tal função, estando separado em cinco blocos temáticos principais: o estado de bem-estar, inflação, sindicatos, agricultura e países subdesenvolvidos, sendo os “chairmen” respectivamente Fritz Machlup, John Jewkes, Carl Iversen, George Stigler e Arthur Shenfield. Presente nessa nona reunião da Sociedade Mont Pèlerin, Gudin participou nas discussões dos painéis referentes a inflação e subdesenvolvimento e apresentou um artigo no painel de agricultura.

O artigo mais importante apresentado no painel relativo à inflação que ocorreu em 10 de setembro foi o “Inflation” de Milton Friedman. O economista abre o texto relatando que a inflação, a ameaça mais séria a uma sociedade livre, “is a threat less

because of its direct effects than because of the measures that are likely to be taken by the government to control the inflation and the effects of inflation on the competitive structure of the economy” (Inflation, 10 de setembro de 1958, Arquivos Pessoais de Eugênio Gudín, EUG pi THE MONT PELERIN SOCIETY 1958.09.13\_8ª parte, p. 1). Essa citação resume bem o espírito do artigo, que dita primordialmente a necessidade de controlar as autoridades monetárias de tal forma que seus interesses políticos não impliquem em emissão indiscriminada de moeda.

Friedman alerta em tom pessimista que, devido à conjuntura intervencionista e expansionista vigente nos países na época, níveis elevados de inflação eram prováveis nos anos por vir. Assim, as políticas anti-cíclicas empreendidas por governos de vertentes keynesianas seriam a fonte primordial de tal problema: “The major source of inflationary pressure seems to me rather different than those that dominated our past experience, namely, the acceptance by governments of responsibility for full employment which, if not new in kind, is certainly new in degree” (ibidem, p. 2).

O autor explica em seguida o porquê da inflação constituir uma ameaça tão grande a uma economia livre. Para Friedman, o grande problema não é a alta de preços em si, mas sim os movimentos irregulares dos preços, com oscilações bruscas e imprevisíveis de magnitude e direção. Tal tipo de inflação teria dois efeitos danosos principais: geraria fortes sindicatos, uma vez que esses tomariam a responsabilidade de sempre empurrar por salários maiores; e implicaria em uma necessidade de políticas regulatórias para controlar preços e salários, danificando mais profundamente o livre mercado.

A parte final do artigo é dedicada a recomendações de políticas apropriadas que deveriam ser tomadas para combater tal situação. Curiosamente, Friedman ressalta que ele não adere à ideia prevalecente entre os liberais da MPS de que a solução seja a criação de um banco central independente. Sua sugestão principal pode ser resumida na colocação:

What we need is “restraint” on the part of the public at large in demanding vigorous governmental action at the first sign of a downturn and on the part of governmental authorities in yielding to such demands. [...] The only really effective device, it seems to me, is to persuade the public to renounce the use of discretionary counter-cyclical action and adopt instead a quasi-automatic monetary mechanism. If my analysis is right, our ability to attain a high degree of economic stability is limited. The process of seeking to attain this goal by discretionary action is likely in fact to yield more instability rather than less and

in addition to set in train a sequence of events that will undermine the basis of a free society (Inflation, 10 de setembro de 1958, Arquivos Pessoais de Eugênio Gudin, EUG pi THE MONT PELERIN SOCIETY 1958.09.13\_8ª parte, p. 5).

As considerações tecidas por Gudin no debate subsequente do tema estão transcritas no documento “On Inflation”, no qual providencia uma descrição breve do cenário da inflação brasileira na época. Coloca como fatores desequilibradores da economia aqueles criados por erros governamentais, como: o controle do câmbio e sua consequente restrição de importações; a estipulação de salários mínimos; e a substituição de empreendimentos privados por públicos nas áreas de energia elétrica e ferroviárias – que por sua vez cria mais distorções em função de ampliada intervenção governamental, ineficiência e burocracia.

Na experiência brasileira, ressalta a inconsistência empírica em relação à teoria quantitativista: “During the 1930-34 period, money supply increased by 50% while prices fell by 7%. Since the chronic (more or less 20% per annum) inflation started however, there has been a close proportionality between money supply and prices” (On Inflation, 10 de setembro de 1958, Arquivos Pessoais de Eugênio Gudin, EUG pi THE MONT PELERIN SOCIETY 1958.09.13\_23ª parte, p. 5). Explica tal fenômeno diferenciando a moeda que entra imediatamente na formação do PIB na forma de consumo e investimento da moeda que apenas aumenta liquidez e diminui a taxa de juros. No cenário inflacionário atual da época, conclui que toda criação de moeda entrava imediatamente na primeira categoria, elevando os preços.

A grande participação do economista brasileiro em Princeton foi com a apresentação de um artigo de autoria própria em 12 de setembro no painel referente à agricultura. Sob o título “Agriculture. South America.”, Gudin sintetizou sua visão da então condição atual da agricultura e da industrialização no âmbito do Brasil e da América Latina. Ao contrário do que se esperaria ouvir, o brasileiro abre o tópico afirmando que a América Latina como um todo não é particularmente dotada para a agricultura, sendo afligida na realidade por diversas condições geográficas desfavoráveis à produção agrícola abundante. Desmistifica então a necessidade de industrialização, trazendo que os obstáculos principais a uma agricultura de alta produtividade seriam a instabilidade de preços e rendas e o problema do emprego.

O primeiro obstáculo, para o autor, seria um de grande peso econômico, uma vez que a renda das exportações constitui elevada relevância no panorama econômico de países da América do Sul. Nesse quesito, também enfatizou que devido a disparidades na elasticidade preço da demanda, era difícil tratar da agricultura latinoamericana de forma homogênea e generalizada, assim como de seus problemas econômicos no todo (Agriculture: South America, 12 de setembro de 1958, Arquivos Pessoais de Eugênio Gudín, EUG pi THE MONT PELERIN SOCIETY 1958.09.13\_17ª parte, p. 2).

Quanto à questão do emprego, Gudín traz que há prevalecente uma estabilidade do emprego nos países da América do Sul, consequência positiva da instabilidade supracitada dos preços (ibidem, p. 2). Vale lembrar aqui que desemprego não constituía um problema econômico da realidade brasileira para Gudín; pelo contrário:

A hipótese central de sua argumentação [...] é a da existência de pleno emprego na economia brasileira. [...] Poucos são seus textos mais importantes sobre a economia brasileira em que não repete enfaticamente a ideia de que a mesma sofre de baixa produtividade e de “hiperemprego” e não, como diziam os desenvolvimentistas, de desemprego (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 41).

Ainda no âmbito do emprego, o autor defende fortemente que o Brasil não sofre de desemprego disfarçado, havendo uma incapacidade de tal fenômeno manifestar-se em países nos quais a terra ainda é abundante em relação à população. Desemprego disfarçado, ou *disguised unemployment*, é um termo que refere-se a uma situação na qual há excesso de mão de obra em um setor, levando a produtividade individual de cada trabalhador quase a zero. Para Gudín, no cenário nacional, tal conceito é comumente confundido com baixa produtividade, sendo esse o problema real que se deve combater.

Em linha com seus colegas neoliberais, Gudín critica a ideia cepalina se disseminando pela América Latina de que somente a industrialização significaria verdadeiro progresso, inclusive citando trabalhos de Jacob Viner, Charles Kindleberger, P.T. Bauer e Gottfried Haberler – sendo os dois últimos também membros da MPS. Ainda em alinhamento com a corrente neoliberal, acrescenta também uma crítica às distorções de mercado geradas por políticas governamentais intervencionistas. No artigo, traz especificamente que as políticas de salário mínimo agravam a inflação, causadora principal de desequilíbrios no Balanço de Pagamentos

e de política cambial discricionária – ciclo que apenas agrava as distorções mencionadas.

Incontestavelmente, a ideia principal do artigo é a promoção da agricultura como meio principal de crescimento e desenvolvimento das economias brasileira e latinoamericana. Advoga portanto a favor da elaboração e desenvolvimento de *know-how* agrícola dentro do país – uma vez que especificidades e condições distintas não permitem a importação e cópia de técnicas desenvolvidas no exterior. Em tal conflito entra também a questão da produtividade, em relação a qual Gudín expressa que “productivity is the result of several other elements, especially health and satisfactory nutrition, elementary education and agricultural knowledge, proper tools and technical assistance” (Agriculture: South America, 12 de setembro de 1958, Arquivos Pessoais de Eugênio Gudín, EUG pi THE MONT PELERIN SOCIETY 1958.09.13\_17ª parte, p. 6, grifo do autor).

Portanto, o desenvolvimento de técnica rural, aliado a um aumento da produtividade, seriam para o autor o verdadeiro motor dinâmico de evolução da economia dos países sul-americanos subdesenvolvidos. Sua visão pode, dessa forma, ser resumida na afirmação:

It is regrettable that it does not seem to be recognized by most South-American countries that Agriculture (as well as Education and Health) is one of their most promising fields for rapid economic development and that Agricultural development can be achieved with a comparatively small amount of capital if coupled with capable research and techniques (ibidem, p. 5).

A importância de tal defesa no contexto da Sociedade Mont Pèlerin e do estudo do subdesenvolvimento sob a ótica do neoliberalismo era muito elevada, uma vez que atribuía-se muito crédito a tal perspectiva: “A voice from Brazil arguing in favor of home-grown agricultural competencies arguably provided more support for a neoliberal development perspective than European voices in defence of colonialism” (PLEHWE, 2009b, p. 262).

Em “The Origins of the Neoliberal Economic Development Discourse”, sétimo capítulo do livro “The Road from Mont Pèlerin”, Dieter Plehwe analisa essa conferência de Princeton e traça um paralelo entre o artigo apresentado por Gudín e o trabalho de Theodore Schultz que viria a ganhar o Prêmio Nobel em 1979: “Instead of concentrating on preexisting structural constraints and demands for industrialization as the main way out of poverty, Schultz’s analysis focused on growth opportunities and

investment in agriculture” (2009b, p. 262). Tais trabalhos, segundo Plehwe, são exemplos de abordagens que misturam a teoria neoclássica com um foco institucional e sociológico.

A última participação de Gudin na reunião de Princeton foi no painel relativo ao subdesenvolvimento, conduzido no dia 13 de setembro de 1958. A apresentação e as discussões relativas ao artigo “Regulated Wages in Under-Developed Countries” – escrito por P.T. Bauer (porém apresentado por John Davenport devido à ausência do autor) e destaque do último painel, referente aos países subdesenvolvidos – mostraram-se significativas o suficiente para serem registradas em um primeiro volume da revista *Mont Pèlerin Quarterly* que viria a ser publicada em abril de 1959.

Crítico da ideia de que o desenvolvimento de países atrasados seria auxiliado por planejamento estatal e ajuda externa, Peter Bauer constrói em seu artigo uma argumentação em torno dos empecilhos que restrições políticas causam ao progresso do desenvolvimento – nesse caso, no âmbito do mercado de trabalho dos países subdesenvolvidos. A ideia central do autor está na frase que coloca como abertura do artigo, retirada de um relatório do South African Industrial Legislation Commission de 1935: “In an unregulated market, the available supplies or numbers determine the wage, but, under regulated conditions, wages determine the numbers” (Regulated Wages in Under-Developed Countries, 13 de setembro de 1958, Arquivos Pessoais de Eugênio Gudin, EUG pi THE MONT PELERIN SOCIETY 1958.09.13\_21ª parte, 1958, p. 1).

Portanto, a defesa principal de Bauer é que a imposição de salários mínimos via regulação governamental é deletéria à economia e à população dos países de economia atrasada, não devendo assim ser política e socialmente associada com a ideia de desenvolvimento. Ao contrário de contribuir para a evolução desses países, tal política só desencadearia efeitos inibidores nessas economias, anulando suas vantagens comparativas:

The relative abundance of manual labor compared to capital, developed natural resources, and administrative and technical skills, is a general characteristic of under-developed countries. Indeed the possession of, or access to, comparatively cheap labor is among their few economic advantages compared to more developed and richer countries. Wage regulation raises the price of labor and endows it with some element of contrived scarcity, and it thus reduces this advantage and injures their prospects of economic progress (Regulated Wages in Under-Developed

Countries, 13 de setembro de 1958, Arquivos Pessoais de Eugênio Gudin, EUG pi THE MONT PELERIN SOCIETY 1958.09.13\_21ª parte, p. 4).

A discussão subsequente do artigo contou com as participações de John Davenport, David McCord Wright, Gustavo R. Velasco, Nobutane Kiuchi, S. Herbert Frankel, Ludwig von Mises, Eugênio Gudin e Romulo A. Ferrero, todas transcritas no primeiro volume do *MPS Quarterly*. Nos argumentos defendidos na discussão é possível notar claramente a linha de pensamento dos teóricos envolvidos no debate, assim como as coincidências e semelhanças de suas proposições com as de Gudin. A seguir serão apresentados alguns dos pontos de debate que mais claramente traçam paralelos com as crenças econômicas do economista brasileiro.

A primeira fala foi de John Davenport que, como mencionado, apresentou no lugar do ausente Bauer. Para ele, a grande contribuição do autor foi desbancar a “nova ortodoxia do desenvolvimento econômico” que, atrelada ao pensamento cepalino, prega a existência de um ciclo vicioso de pobreza e subdesenvolvimento que só pode ser sanado mediante investimento estatal e planejamento.

Davenport critica portanto a ênfase de tal nova ortodoxia desenvolvimentista na industrialização pesada em detrimento da produção agrícola, afirmando que as nações subdesenvolvidas não poderiam se beneficiar de uma industrialização forçada, devendo se ater à sua especialidade e deixar o fluxo industrial se dar natural e gradualmente. Vê-se uma forte ligação com Gudin nessa passagem, visto que o brasileiro defendia assiduamente os mesmos princípios, não enxergando a necessidade de uma indústria forjada que tiraria os recursos e a produtividade do campo.

O paralelo entre os dois continua quando Davenport se pronuncia a respeito da forma pela qual os países subdesenvolvidos devem buscar o avanço:

[...] the greatest task is to persuade them that they can develop normally and naturally by sticking to well-tested economic principles – the principle of sound money, for instance, and the principle of limited versus unlimited government. For what they need most is not more gigantic Five-Year or Ten-Year Plans, but rather, renewed faith in the efficacy of the market economy and a system which allows individuals to go to work, and so to contribute to the general welfare (MPS QUARTERLY, 1959, p. 7).

Como visto na análise de suas teorias e corrente econômica, Gudin também enfatizava veementemente a necessidade de mecanismos eficientes de livre mercado que por si mesmos regulariam e eliminariam os desequilíbrios e a inflação que tanto

assolavam as bases da economia brasileira. Como coloca Bielschowsky muito claramente, “seu raciocínio econômico [...] assentava-se sobre o princípio clássico de que a economia capitalista tende a um equilíbrio de máxima eficiência sempre que os mecanismos de mercado podem funcionar livremente” (2000, p. 43). Além disso, também era a favor da delimitação do escopo de ação do governo, colocando a não-intervenção governamental como um de seus fortes princípios econômicos.

Gustavo Velasco, outro palestrante do debate, cita Herbert Frankel ao criticar também a tendência dos países subdesenvolvidos da época de acreditarem que um simples crescimento de suas instalações ou atividades traria progresso econômico. Na sua opinião, o que é realmente importante é em *como* se dá esse processo; assim, se o crescimento é impulsionado artificialmente através de ações protecionistas e subsídios, haverá na realidade uma queda do bem-estar coletivo, e não um aumento. Como visto na seção anterior, repetimos que Gudin apoiava o progresso econômico contanto que ele se desse através dos *meios convencionais*, ou seja, em “obediência aos princípios da economia de mercado” (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 47).

Velasco continua seu discurso defendendo que, por mais que os países subdesenvolvidos e os desenvolvidos sejam muito díspares do ponto de vista de força econômica, eles sofrem da mesma doença: o intervencionismo – que também pode atender pelos nomes de “estatismo” ou “coletivismo”. Vale notar que esse discurso anti-estatista é manifestado por todos os membros, repetindo-se em todas as discussões, fato que remete à ideia anteriormente abordada de que o “fantasma” do socialismo representava para os neoliberais uma das maiores ameaças a seus ideais de liberdade individual e coletiva.

Na mesma discussão aborda-se também a questão da inflação – que, junto com a questão da baixa produtividade, representava para Gudin o principal problema da economia brasileira, mostrando-se portanto um tema de alta relevância. Gustavo Velasco defende que a inflação mexicana se deve ao país estar “vivendo além de seus meios”; contudo, em termos mais específicos, coloca como causas subjacentes: o Estado de Bem-Estar; o desejo de melhoria econômica; e o desejo de desenvolvimento econômico (MPS QUARTERLY, 1959, p. 12). A sua explicação para tal afirmação reside na tendência da iniciativa pública e privada de “sobre-investir” em busca do crescimento e desenvolvimento econômico, e nas exigências por parte dos sindicatos de haver constante aumento de salários, que evidentemente pressionaria



a emissão de moeda por parte do governo. Já a culpa do Welfare State mostra-se óbvia, uma vez que consiste de um sistema de distribuição de amenidades e serviços gratuitos em uma situação nacional de orçamento deficitário.

Ao tratar das medidas desejáveis para os países atrasados seguirem, Velasco conclui com a importante observação: “The way to achieve economic progress, for poor and rich nations alike, is to follow the principles of economic freedom” (MPS QUARTERLY, 1959, p. 14), medida ampla e cegamente pregada no meio neoliberal.

Em sua participação no debate, Ludwig von Mises também trata da questão da inflação e da estratégia que deveria ser traçada pelos países em desenvolvimento. Para o economista, o atraso desses países não era um problema que deveria ser solucionado através de planejamento e intervenção governamental, uma vez que tal ação consistia integralmente de uso espúrio dos impostos da sociedade em investimentos mal-planejados. O caminho certo a se seguir seria o da busca alternativa por financiamento:

What a government plans is, of course, always to spend the tax-payers' money. It never occurs to the governments and to the various agencies of the United Nations that the best way to solve the problem of capital shortage in the underdeveloped countries is private saving, private capital accumulation and private investment. They behave and talk as if there had never been such a thing as private foreign investment or as if the experience with private foreign investment had been unfavorable. They do not realize that the greatest and most important event in world affairs in the nineteenth century was foreign investment (MPS QUARTERLY, 1959, p. 19).

Analisando o capítulo “O pensamento neoliberal” da obra de Bielschowsky, observa-se uma relação muito forte entre a afirmação acima de Mises e o pensamento de Gudin. O autor brasileiro deixa tal semelhança muito claro ao citar que: “O recurso básico de apoio ao desenvolvimento econômico de que uma nação atrasada deve fazer uso era, segundo o autor, a atração do capital estrangeiro. Gudin foi um incansável defensor de investimentos externos sob todas as formas e para todos os setores de atividade” (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 63). Ainda prossegue dizendo que, na concepção de Gudin, “o capital estrangeiro contribuía com poupanças, capacidade administrativa e empresarial e know-how” (ibidem, p. 64).

No discurso de Mises, tal ideia ligava-se diretamente com o problema da inflação, uma vez que essa agravava o problema da acumulação de capital doméstica ao corroer a poupança dos indivíduos. Nesse ponto, o economista passa a explorar mais profundamente a questão da inflação nos países subdesenvolvidos. A primeira

condição que coloca como fator determinante para a melhoria da condição econômica desses países é a de uma política monetária saudável e íntegra, que elimine radicalmente as medidas expansionistas e inflacionárias (MPS QUARTERLY, 1959, p. 20).

Sua opinião frente a esse tema encontra-se bem sintetizada no seu argumento final:

Now what experience teaches is that the highest standard of living was not reached in the countries of blatantly advertised five-year and four-year plans, but in the countries in which no governmental plan put obstacles in the way of enterprising business men and prevented the common man from contributing to economic progress by saving. [...] It was not government planning, but the actions of individual citizens that created all that well-being of the West that the underdeveloped nations want to duplicate for their own citizens. What these poor nations lack, is not more government interference with business and not government planning, but spontaneous action and initiative on the part of individual citizens (MPS QUARTERLY, 1959, p. 20-21).

O próximo a participar da discussão foi o próprio Eugênio Gudín, que abriu sua argumentação com a afirmação: “The question of the possibility of government interference, depends upon and can only be judged by, the political development of every country” (MPS QUARTERLY, 1959, p. 21). Dessa forma, coloca que a intervenção governamental seria ineficiente e mais prejudicial em países subdesenvolvidos por dois motivos: o primeiro se deveria à intervenção política em assuntos administrativos, através da qual se selecionariam políticos para ocupar cargos que caberiam melhor a indivíduos mais capazes; e o segundo é que uma máquina governamental muito grande e burocrática exigiria um nível muito elevado e rígido de controle para se manter funcional.

Em seu discurso, o brasileiro também trata do tema supracitado do investimento externo. Sua opinião é que o desenvolvimento econômico depende primordialmente da estrutura do próprio país – ou seja, de sua política fiscal, monetária, cambial e salarial. Todavia, não nega a importância crucial da participação do capital estrangeiro no desenvolvimento econômico nacional, sendo esse um dos “recursos legítimos para procurar reforçar a capacidade corrente de investir” (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 62). Conclui sua apresentação defendendo que o empréstimo externo traz tantos benefícios ao país que empresta quanto ao país que toma emprestado, uma vez que movimenta-se uma economia entre os dois países.

O último membro a participar na discussão do painel dos países subdesenvolvidos foi o peruano Romulo Ferrero, que estruturou sua apresentação em torno de uma crítica à “nova ortodoxia do desenvolvimento econômico”, vulgo o que conhecemos hoje por desenvolvimentismo cepalino. Expõe em seu discurso todas as falácias do desenvolvimentismo, sendo elas: a ideia da agricultura como inferior à indústria; a questão do desemprego disfarçado nos países subdesenvolvidos; a teoria da deterioração dos termos de troca dos países primários; a ideia de que o desenvolvimento econômico pressionará a balança de pagamentos, e sua única solução deverá ser a substituição de importações; entre outras contenções.

Para cada ponto que expõe, Ferrero apresenta seus devidos contra-argumentos, todos eles condizentes com a corrente neoliberal seguida pela MPS. Um ponto em que muito se detém é no que diz respeito ao desemprego disfarçado prevalecente nos países subdesenvolvidos. Para o peruano, tal informação é altamente questionável, e em sua argumentação para provar que tal ideia não possui fundamentos, cita Schultz e Gudin, tendo o último abordado esse mesmo tema alguns dias antes no painel de Agricultura da reunião de Princeton.

Relembrando a apresentação de “Agriculture. South America.” feita por Eugênio, Ferrero distingue três situações distintas: o desemprego disfarçado em si; uma mera baixa produtividade na agricultura; e um comportamento sazonal dos empregos rurais (MPS QUARTERLY, 1959, p. 24). Em sequência, ao contradizer a ideia desenvolvimentista de que seria benéfico empregar os trabalhadores em situação de desemprego disfarçado na indústria, cita Gudin novamente, relembrando o argumento do brasileiro de que tal processo desembocaria em altos custos para a população na forma de preços elevados.

Finalmente, recorre a Gudin uma última vez ao tratar do argumento da deterioração dos termos de troca. Sua primeira colocação é que é necessário levar em consideração a distinção que Gudin fez entre a composição dos produtos – ou seja, a diferenciação entre produtos anuais e perenes, e entre produtos duráveis e perecíveis. Para o economista, tais distinções definiriam a elasticidade preço da demanda de tal produção agrícola, revelando também o impacto que sofreriam na relação dos termos de troca. Ferrero continua dizendo que, mesmo que esse fosse o caso, tal desvantagem poderia ser compensada por um simples esforço de aumento da produtividade agrícola (MPS QUARTERLY, 1959, p. 25).

Cabe também destacar as afirmações de Ferrero acerca da questão da inflação. Para ele, não é o desenvolvimento econômico o fator principal que pressiona o balanço de pagamentos – como afirmavam os cepalinos – mas sim a inflação interna. Gudín sustentava a mesma opinião, sendo que afirmava claramente que “a causa de um desequilíbrio permanente no balanço de pagamentos só pode ser a inflação” (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 67). Não só possuía tal convicção como também elaborava:

Gudín considerava, portanto, que a dificuldade básica para equilibrar o balanço de pagamentos reside na inflação, que é também a causa fundamental de seu desequilíbrio. Não existe, de modo algum, segundo o autor, algo como um desequilíbrio estrutural no balanço de pagamentos, como queriam os estruturalistas. [...] A inflação, por sua vez, não pode ser causada por déficits, como diziam os cepalinos, já que é, ela mesma, a razão básica desse desequilíbrio. Sua causa é simplesmente o excesso de demanda, permitido por erros de política monetária (ibidem, p. 69).

A rodada de debates conclui com conselhos de Romulo Ferrero a respeito de qual deve ser o plano de ação dos países subdesenvolvidos para atingir o progresso econômico, sendo esses separados em três pontos principais: lutar contra a inflação; manter a taxa de câmbio livre de controle; e promover um crescimento econômico equilibrado e que não priorize a indústria a qualquer custo (MPS QUARTERLY, 1959, p. 26).

A análise do discurso dos integrantes da Sociedade Mont Pèlerin ao longo da reunião de Princeton de 1958 fornece uma compreensão de dois âmbitos da conjuntura neoliberal da época. Em primeiro lugar, esclarece o contexto da origem do discurso neoliberal do desenvolvimento; em segundo lugar, e mais importantemente, enfatiza os pontos de convergência entre as teorias e pensamentos dos liberais mais notórios do século XX, reunidos sob a mesma premissa de estudar os fenômenos econômicos da época e preservar a integridade do livre mercado e das liberdades individuais.

Essa rede que se formava entre os intelectuais da MPS é explicitada por Dieter Plehwe quando faz um apanhado conclusivo da reunião de 1958:

Although a lot of work remained to be done on the road to intellectual hegemony, the group of neoliberal development theorists was already well established by 1958. The Mexican MPS member Gustavo R. Velasco mentioned visits by Louis Baudin, a recent lecture by Frankel in Mexico City, as well as talks and general statements at MPS meetings by the founding members Allan Fisher and Friedrich August von Hayek in his contributions to

the Princeton discussion. Gudin relied on Lundberg, Frankel referred to Ferrero, and so forth. Although the positions of MPS members like Röpke, Benham, or Bauer diverged in important ways, they heavily relied on each other as seen in their overlapping arguments against state interventionism and planning” (2009b, p. 268).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto, a primeira metade do século XX foi marcada por fortes reviravoltas e modificações no cenário mundial, sendo um período de intensa luta por hegemonia, tanto no âmbito político, com a Guerra Fria, quanto no âmbito socioeconômico, com a oposição entre o keynesianismo e o neoliberalismo nascente.

Na condição de ideologia incipiente, o neoliberalismo da MPS surgiu com a reunião de um grupo de liberais que visavam promover o estudo da economia liberal e a defesa da economia de mercado e das liberdades individuais na sociedade. Tanto a Sociedade Mont Pèlerin quanto a corrente teórica e ideológica que formavam foram se construindo e se reformulando com o passar do tempo e com as participações do seu crescente contingente de membros.

Analisando documentos e registros de participações em reuniões, foi possível depreender uma relação entre os pensamentos do economista brasileiro Eugênio Gudin e dos acadêmicos da MPS. Apresentando diversos paralelos e convergências entre si, ambos apontam para uma crença ferrenha nos mecanismos eficientes do livre mercado, no princípio da não-intervenção governamental, na necessidade de estabilidade monetária, entre tantos outros postulados do panorama neoliberal. Vê-se que esses economistas estão claramente conectados não só pela sua posição ideológica como pela conjuntura mundial em que se encontravam, vendo-se unidos na necessidade de defender a liberdade nos padrões ocidentais e consolidar uma frente de oposição à esquerda crescente e às políticas expansionistas que representavam perigosas concessões ao socialismo.

É interessante notar a partir do estudo que, apesar de não ser um liberal exatamente nos mesmos termos vigentes da MPS, a posição de Gudin como liberal e conservador já o aproximava fortemente da Sociedade e de suas colocações, tendo as contribuições do brasileiro possuído alta relevância nesse meio acadêmico. Especialmente no tocante ao subdesenvolvimento, o artigo por ele apresentado representou uma forte voz de um país de economia atrasada; seu alinhamento com

as políticas neoliberais, em detrimento de uma vertente cepalina, cooperou na própria consolidação do discurso neoliberal de desenvolvimento.

Explorando os arquivos pessoais de Gudin, é possível identificar a questão da conexão acadêmica e pessoal que possuía com seus contemporâneos. Cabe incluir aqui nas observações conclusivas a nota de que o presente artigo tinha como foco o intercâmbio de ideias que ocorreu pontualmente entre Gudin e a MPS e seus membros. Contudo, vale acrescentar que, estudando os arquivos do brasileiro, encontra-se uma quantidade abundante de correspondências nas quais troca opiniões, pensamentos, teorias, ideias e comentários acerca de trabalhos acadêmicos com outros economistas conhecidos – que, não participando da MPS, ficaram restritos da análise. Alguns exemplos mais proeminentes são suas relações com Nicholas Kaldor, Alexandre Kafka, Otávio Bulhões, e principalmente Jacob Viner, com quem nutria íntima amizade.

Além disso, a área ainda fica aberta a elaborações e estudos futuros a respeito da forma como Gudin, tendo incorporado tais teorias e perspectivas absorvidas através dos contatos internacionais, aplicou-as na sua visão do cenário brasileiro, tanto em suas publicações e palestras acadêmicas quanto em sua experiência direta na formulação de política econômica em âmbito público e governamental. O que se sabe é que o alcance de sua figura foi impactante em sua época, merecendo uma análise aprofundada.

## REFERÊNCIAS

### FONTES PRIMÁRIAS

Arquivos Pessoais de Eugênio Gudin. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, RJ

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALISCIANO, M. Hope for America: American notions of economic planning between pluralismo and neoclassicism, 1930-1950. *History of Political Economy*, 30 (supplement), 1998.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. O pensamento neoliberal. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento Econômico Brasileiro: O ciclo ideológico do desenvolvimento**. 4. ed. Rio de Janeiro: Ipea, 2000. Cap. 4. p. 37-76.

\_\_\_\_\_. Eugênio Gudin. Estudos Avançados, v. 15, n. 41, pp. 91-110, 2001.

CRUZ E SILVA, V. N. L. **Economia Keynesiana ou a Economia de Keynes?:** Notas sobre a transmissão do ideário de Keynes no Brasil através do livro "Princípios de Economia Monetária" de Eugênio Gudin. 78 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) – Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

GUDIN, Eugênio. O caso das nações subdesenvolvidas. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, pp. 47-78, 1952.

HOBBSBAWM, Eric. Os anos dourados. In: HOBBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: O breve século XX**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Cap. 9. p. 253-281.

HORN, R. V.; MIROWSKI, P. The rise of the Chicago School of Economics and the birth of neoliberalism. IN: MIROWSKI, P.; PLEHWE, D. **The road from Mont Pèlerin: the making of the neoliberal thought collective**. Cambridge, London: Harvard University Press, 2009

MAGALHÃES, João Paulo de Almeida. A controvérsia e seus aspectos gerais. In: MAGALHÃES, João Paulo de Almeida. **A controvérsia brasileira sobre o desenvolvimento econômico: Uma reformulação**. Rio de Janeiro: Record, 1964. Cap. 1. p. 11-33.

MONT PELERIN SOCIETY QUARTERLY. **The Journal of the Mont Pèlerin Society**. Vol. 1, n. 1, pp. 5-36, 1959

PLEHWE, D. Introduction. IN: MIROWSKI, P.; PLEHWE, D. **The road from Mont Pèlerin: the making of the neoliberal thought collective**. Cambridge, London: Harvard University Press, 2009a

\_\_\_\_\_. The origins of the neoliberal economic development discourse. IN: MIROWSKI, P.; PLEHWE, D. **The road from Mont Pèlerin: the making of the neoliberal thought collective**. Cambridge, London: Harvard University Press, 2009b